

## CONTRIBUIÇÕES DA COMISSÃO ESG DO IBRI PARA A CONSULTA PÚBLICA ISE B3 24.07.20

À B3  
A/C Gleice Donini  
Superintendente de Sustentabilidade da B3

Prezada Senhora,

Ao longo dos últimos meses uma série de companhias vem participando ativamente do processo de reposicionamento do Índice de Sustentabilidade Empresarial da B3. Entendemos que esse reposicionamento é fundamentalmente necessário para garantir maior conexão entre as empresas orientadas para questões ESG e as reais demandas dos investidores.

Do desenho da metodologia, do processo de coleta de informações à divulgação da carteira, concluímos que há uma necessidade de tornar o índice menos acadêmico, menos burocrático e mais orientado ao real desempenho ESG das companhias.

Considerando que, quanto mais empresas aderirem ao processo, mais valor o ganha como produto, a adesão e a resposta ao questionário devem ser mais práticas, objetivas e transparentes.

Nesse sentido, no tocante a consulta pública, encaminhamos as seguintes sugestões de melhoria:

- 1.** A formalização de práticas e políticas deve ocorrer não só por meio da aprovação do Conselho ou da Diretoria. Devem também servir como evidência outros documentos formais da Companhia como, por exemplo, o Relatório Anual, que é aprovado pela Alta Administração.
- 2.** Entendemos que nessa revisão do questionário está prevista uma etapa que irá considerar se a companhia pertence ao Novo Mercado, possui regulamentação específica e/ou adere a iniciativas que garantem boas práticas, fazendo assim com que determinadas perguntas sejam “desnecessárias”. Por exemplo, acreditamos que a Dimensão Governança Corporativa será reduzida para quem está no Novo Mercado.
- 3.** A Consulta Pública em questão, ao levar em consideração a materialidade setorial utilizada pela SAM/CSA, atende aos anseios das companhias de se ter um questionário mais enxuto e objetivo. Sugerimos, adicionalmente, que as alternativas das perguntas que forem mantidas em cada setor também sejam priorizadas e resumidas, pois atualmente temos um detalhamento muito extenso. A ideia seria manter os indicadores/pontos mais relevantes dentro de uma pergunta considerada material. Tal sugestão se justifica pelo fato de, ao elaborarmos nossos planos de ação com base nos gaps existentes, geralmente somos questionados pelos executivos da companhia quanto à real necessidade de tantos detalhes. Se não seria mais adequado nos atermos às melhores práticas.

As dimensões que não sofreram alteração por possuírem todos os seus subitens contemplados na SAM devem passar por uma revisão buscando a objetividade das questões. Acreditamos que seja possível reduzir o número de opções sem prejuízo dos temas materiais.

Adicionalmente, nos casos em que a “pergunta mãe” seja excluída (ex: SOC 22, SOC 31, SOC 34), sugerimos que os subitens sejam reorganizados e resumidos.

4. Sugerimos uma revisão da estrutura do questionário que considere o processo de accountability/responsabilidade das áreas das empresas, pois facilitaria a coleta das informações. Ao termos uma pergunta que aborda vários temas, é comum termos que interpretar e subdividir uma questão em várias áreas distintas.

5. Acreditamos que os enunciados deveriam possuir uma linguagem mais coloquial e objetiva e que fossem utilizadas siglas que fossem consenso no mercado (ex.: EQ para equidade de tratamento na SOC-7 não é de uso comum). Em alguns momentos são usados termos muito acadêmicos e pouco aderentes à realidade gerencial da companhia e em outros o racional da questão disponibilizado não deixa totalmente clara a intenção da pergunta. Pensamos que vale ainda um esforço conjunto para melhorarmos esses pontos, incluindo o Glossário. Também para facilitar o entendimento, deveriam ser evitadas grandes cadeias de “questões filhas”. As informações poderiam ficar agrupadas na sequência da própria “questão mãe” em subitens diretos ao invés de ficar referenciando questões anteriores.

6. O padrão GRI, que possui suplementos setoriais, também deve ser utilizado como critério de priorização das perguntas, uma vez que vemos relação dos indicadores GRI com os indicadores que são utilizados nas análises ESG feitas pelo mercado e/ou por outras instituições (ex: PRI, Bloomberg, SASB, dentre outras). É importante que essas informações sejam utilizadas e que o índice não apenas nos pergunte se seguimos ou não os *frameworks* de sustentabilidade. O ideal é que houvesse um método que avaliasse os resultados da performance ESG, para que o desempenho ganhe mais relevância do que o processo em si.

7. Propomos que a carteira seja dividida por categoria (1,2 e 3) e que o ISE divulgue todo ano os nomes dos novos entrantes. Além disso, é importante dar transparência ao critério de alocação em cada nível (por exemplo, de acordo com o percentual de atendimento ao questionário). A empresa poderia entrar direto no nível 2 ou 3, dependendo da maturidade de suas práticas refletidas em suas respostas ao questionário.

8. Esperamos que o questionário seja reduzido substancialmente, se limitando a no máximo 150 -200 questões (tomando como base o *Dow Jones Sustainability Index*). Isso facilitaria o processo de coleta de evidências que, inclusive, acreditamos que deva ser aperfeiçoado com o aumento do número de evidências solicitadas para corroborar a adesão ao índice. O incremento no processo de coleta de evidência limita a possibilidade de falhas na apuração, garantindo que nenhuma empresa seja privilegiada, sem ter o mérito para tal, em detrimento de outra.

Por fim, entendemos que essa oportunidade de reavaliar o Índice de Sustentabilidade Empresarial deveria ser também aproveitada para uma ponderação mais estratégica sobre o papel de índices no desenvolvimento de práticas e no aprimoramento de aspectos ESG das companhias. É notória a dedicação das companhias para o preenchimento do questionário atual, sendo invariavelmente demandadas centenas de horas para a conclusão do questionário, conforme relatos de companhias.

Nesse sentido, apreciamos evoluções na iniciativa e no questionário de modo que (i) seja menos complexo, demande menos investimento de tempo e que, dessa forma, propicie adoção por um rol maior de companhias, (ii) aproveite, quando possível, respostas dadas a outras iniciativas internacionais, quando aplicável, (iii) esteja conectado ao aumento recente do interesse e engajamento de fundos brasileiros para o tema ESG, servindo de base para estes em suas análises, devendo estar alinhado, portanto, às necessidades deles, (iv) gere um efeito multiplicador da informação prestada, de modo que as informações ali expressas por companhias sejam posteriormente consultadas e utilizadas por interessados, eliminando necessidade de novos esclarecimentos e questionários para cada interessado e (v) se alinhe com outras práticas globais em ascensão e recomendadas por formadores de opinião, como TCFD e SASB.

Entendemos ser imperativo, portanto, que a B3 mantenha diálogo com companhias, outras iniciativas congêneres internacionais e potenciais usuários da informação, seja diretamente ou por meio de entidades de classe, para que o investimento de recursos pelas companhias se justifique do ponto de vista de aumento de transparência e usabilidade das informações por um amplo público.

A Administração do IBRI e a Comissão de ESG permanecem abertas e disponíveis ao diálogo e colaboração.

**Anastácio Fernandes Filho**

Presidente do Conselho de Administração

**Bruno Salem Brasil**

Diretor-Presidente